

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	13
<i>Nota de abreviações</i>	15

Capítulo I

CONTEÚDO DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO	17
1.1. Conceito e dimensão do direito civil	17
1.2. Matérias que integram o direito civil atual	18
1.3. O direito civil no contexto do direito privado	20
1.4. A função da codificação civil e sua crise	26
1.5. O direito civil brasileiro no sistema jurídico romano-germânico.	29
1.6. O direito civil em outros grandes sistemas jurídicos	31
1.7. Breve evolução histórica do direito civil brasileiro	33
1.8. Origem e função da parte geral	41
1.9. Lei de Introdução.	43
1.10. O direito civil no processo de integração latino-americano.	44

Capítulo II

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	48
2.1. Delineamentos da constitucionalização do direito civil	48
2.2. Origens e desenvolvimento do tema no direito brasileiro	51
2.3. Críticas à constitucionalização do direito civil	54
2.4. O direito civil no Estado social	56
2.5. Tradição patrimonialista do direito civil e as tendências de repersonalização	58
2.6. Força normativa da Constituição nas relações civis	61
2.7. Constitucionalização dos principais institutos de direito civil	62
2.8. A imprescindibilidade da constitucionalização do direito civil.	65
2.9. Direito civil constitucional e globalização econômica.	66

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO DIREITO CIVIL	70
3.1. Princípios jurídicos	70

3.2.	Aplicabilidade direta dos princípios constitucionais ao direito civil	75
3.3.	Princípio da dignidade da pessoa humana	79
3.4.	Princípio da solidariedade	81
3.5.	Princípio da igualdade	85
3.6.	Princípio da liberdade	88
3.7.	Princípio da autonomia privada	90
3.8.	Princípio da função social	92
3.9.	Princípio da boa-fé	94

Capítulo IV

PESSOA FÍSICA E OUTROS SUJEITOS DE DIREITO	96	
4.1.	Conceito de pessoa	96
4.2.	Sujeito de direito e entes não personalizados	99
4.3.	Nascituro	101
4.4.	Tempo da pessoa física: início e extinção	105
4.5.	Registro civil da pessoa física	108
4.6.	Capacidade civil.	109
4.7.	Capacidade de exercício	110
4.8.	Absolutamente incapazes	113
4.9.	Relativamente incapazes	115
4.10.	Majoridade.	118
4.11.	Emancipação	119
4.12.	Outros modos de cessação da incapacidade civil	120
4.13.	Lugar das pessoas físicas: domicílio e residência	122
4.14.	Ausência.	125

Capítulo V

DIREITOS DA PERSONALIDADE	130	
5.1.	Da negação ao reconhecimento.	130
5.2.	Direitos da personalidade na escala da repersonalização.	132
5.3.	Características essenciais dos direitos da personalidade	133
5.4.	Direito geral da personalidade e a tipicidade aberta	135
5.5.	Tipos mais gerais de direitos da personalidade	136
5.6.	Tipos constitucionais dos direitos da personalidade	152
5.7.	A questão da autolimitação ou disponibilidade dos direitos da personalidade	153
5.8.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica	159

Capítulo VI

PESSOA JURÍDICA	161	
6.1.	Conceito e abrangência da pessoa jurídica	161

6.2.	Funções e teorias sobre a pessoa jurídica	166
6.3.	Elementos da pessoa jurídica	168
6.4.	Atos constitutivos e efeitos do registro da pessoa jurídica.	169
6.5.	Órgãos da pessoa jurídica	171
6.6.	Desconsideração da personalidade jurídica	172
6.7.	Entidades não personificadas	175
6.8.	Associações civis	179
6.9.	Fundações de direito privado.	182
6.10.	Organizações religiosas	186
6.11.	Extinção das pessoas jurídicas de direito privado	187
6.12.	Domicílio das pessoas jurídicas de direito privado	188

Capítulo VII

BENS E COISAS	190
7.1. Conceito de bens e coisas	190
7.2. Patrimônio	193
7.3. Bens imóveis	194
7.4. Bens móveis	196
7.5. Bens fungíveis	198
7.6. Bens consumíveis.	199
7.7. Bens divisíveis	200
7.8. Bens singulares e coletivos	201
7.9. Bens principais e acessórios	202
7.10. Pertencas	203
7.11. Benfeitorias	205
7.12. Bens públicos.	206

Capítulo VIII

FATOS JURÍDICOS CIVIS	210
8.1. Conceito de fato jurídico	210
8.2. Do suporte fático ao fato jurídico	211
8.3. Planos do mundo do direito.	214
8.4. Classificação dos fatos jurídicos	218
8.5. Fatos jurídicos em sentido estrito	219
8.6. Atos-fatos jurídicos	221
8.7. Atos jurídicos em sentido amplo	223
8.8. Atos jurídicos lícitos	225

Capítulo IX

NEGÓCIO JURÍDICO	228
9.1. Conceito e elementos do negócio jurídico	228

9.2.	Negócios jurídicos unilaterais, bilaterais e plurilaterais	231
9.3.	Outras espécies de negócios jurídicos	233
9.4.	Requisitos de validade do negócio jurídico	236
9.5.	Exteriorização da vontade e interpretação do negócio jurídico	239
9.6.	Representação	243
9.7.	Condição no negócio jurídico	251
9.8.	Termo e prazo do negócio jurídico	254
9.9.	Encargo no negócio jurídico	257

Capítulo X

DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	259	
10.1.	Espécies de defeitos	259
10.2.	Erro substancial	260
10.3.	Dolo	264
10.4.	Coação	266
10.5.	Lesão	269
10.6.	Estado de perigo	273
10.7.	Fraude contra credores	274

Capítulo XI

INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	279	
11.1.	Plano da invalidade	279
11.2.	Características convergentes e divergentes da nulidade e da anulabilidade	281
11.3.	Hipóteses de nulidade	284
11.4.	Simulação	288
11.5.	Conversão do negócio jurídico nulo	291
11.6.	Anulabilidade	293
11.7.	Prazos de decadência para a anulabilidade	296
11.8.	Conservação do negócio jurídico inválido	297

Capítulo XII

ILÍCITOS CIVIS	300	
12.1.	Ilícitos civis em geral	300
12.2.	Sanções ou penas civis	302
12.3.	Espécies de ilícitos civis	303
12.4.	Ato ilícito	305
12.5.	Contrariedade a direito	306
12.6.	Imputabilidade	307
12.7.	Dano em geral	308

12.8. A culpa como requisito do ato ilícito	311
12.9. Pré-exclusão de ilicitude	313
12.10. Abuso do direito	316
Capítulo XIII	
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	320
13.1. O tempo e o exercício do direito	320
13.2. Prescrição.	322
13.3. Interrupção e suspensão da prescrição	326
13.4. Prazos da prescrição	331
13.5. Decadência	333
Capítulo XIV	
PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS.	337
14.1. Conteúdo e espécies	337
14.2. Confissão	339
14.3. Documento	341
14.4. Escritura pública	345
14.5. Documento eletrônico	346
14.6. Testemunho	347
14.7. Presunção	351
14.8. Perícia	353
BIBLIOGRAFIA	355

Paulo Lôbo

Direito Civil

Coisas

volume 4

3ª edição

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2267-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Lóbo, Paulo

Direito civil : volume 4 : coisas / Paulo Lóbo. – 3. ed. – São
Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil – Brasil I. Título.

SAC | 0800-8117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

17-1230

CDU 347 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347 (81)

Presidente Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeil Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição**

Daniel Pavani Naveira

Produção editorial

Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital

Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Fermino

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Fernando Pentead

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos

Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão

Markelangelo Design e Projetos Editoriais

Comunicação e MKT

Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Capa**Produção gráfica**

Marli Rampim

Impressão e acabamento

Geográfica

Data de fechamento da edição: 5-10-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604474 CAE 623573

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Âmbito e Evolução do Direito das Coisas	15
1.1. Objeto do Direito das Coisas	15
1.2. Um Pouco de História da Posse e da Propriedade no Brasil	19
1.3. Quando Pessoas Humanas foram Consideradas Coisas	25
1.4. Origens da Propriedade Moderna	26
1.5. Patrimônio e Direito das Coisas	33
1.6. Interações do Direito das Coisas com outras Partes do Direito Civil . .	36
1.7. Classificação, <i>Numerus Clausus</i> e Tipicidade dos Direitos Reais	37
1.8. Direitos Intelectuais	41
1.9. Relação Jurídica Real	43
CAPÍTULO II	
Posse no Direito Brasileiro	46
2.1. Demarcação do Fenômeno	46
2.2. <i>Animus</i> ou <i>Corpus</i> : A Persistente Disputa de Predomínio	48
2.3. Por Que a Posse é Protegida pelo Direito?	50
2.4. Modelo Legal Brasileiro de Posse	51
2.5. O Modo de Aquisição da Posse Determina sua Natureza	55
2.6. Titular de Posse e Detentor	56
2.7. Posse Autônoma	57
2.8. Direito à Posse	59
2.9. Posse em Confronto com a Propriedade	61
2.10. Composse	62
2.11. Concepções Legais Brasileiras da Posse	63

CAPÍTULO III

Efeitos Jurídicos da Posse	66
3.1. Aquisição da Posse	66
3.2. Classificação da Posse	70
3.3. Posse Justa e Posse Injusta	72
Violência	73
Clandestinidade	74
Precariedade	75
3.4. Posse Direta e Posse Indireta	76
3.5. Posse de Boa-Fé e de Má-Fé	78
3.6. Efeitos da Posse de Boa-Fé ou de Má-Fé	81
3.7. Proteção Possessória	85
3.8. Proteção Possessória das Servidões	90
3.9. Perda da Posse	91

CAPÍTULO IV

Propriedade	93
4.1. Propriedade, Domínio e Direito à Propriedade	93
4.2. Conteúdo e Abrangência do Direito de Propriedade	96
4.3. Abuso do Direito de Propriedade	99
4.4. Garantia Constitucional da Propriedade	101
4.5. Constitucionalismo Social e Propriedade	101
4.6. Fontes Constitucionais da Propriedade	104
4.7. Titularidades Comunitárias de Grupos Étnicos	106
4.8. Propriedade e Meio Ambiente	108
4.9. Acesso e Propriedade	115
4.10. Multipropriedade	116

CAPÍTULO V

Função Social da Propriedade	118
5.1. Contornos da Função Social da Propriedade e da Posse	118
5.2. Função Social como Ruptura do Modelo Moderno de Propriedade	122
5.3. A Progressiva Inserção da Função Social nas Constituições Brasileiras	123
5.4. A Função Social não Significa Limite Externo da Propriedade	125
5.5. Função Social e Interpretação das Normas Infraconstitucionais	127
5.6. Função Social da Posse	129
5.7. Inter-Relação com os Princípios da Justiça Social e da Solidariedade	131

CAPÍTULO VI

Aquisição da Propriedade Imóvel	133
6.1. Imóvel	133

6.2.	Aquisição Originária e Derivada da Propriedade	134
6.3.	Usucapião em Geral	135
6.4.	Usucapião Extraordinária, Ordinária e Extrajudicial	139
6.5.	Usucapião Especial Urbana: Individual ou Coletiva	143
6.6.	Usucapião entre Cônjuges ou Companheiros	146
6.7.	Usucapião Especial Indígena	147
6.8.	Usucapião por Conversão da Natureza da Posse	148
6.9.	Aquisição por Acesso	150
6.10.	Aquisição por Acesso Natural	151
6.11.	Aquisição por Acesso Industrial: Construções e Plantações	154
6.12.	Aquisição por Acesso Invertida de Áreas Ocupadas	158
6.13.	Aquisição pelo Registro Público do Título	162

CAPÍTULO VII

Aquisição da Propriedade Móvel e Descoberta de Coisa Alheia Perdida		167
7.1.	Modalidades Legais	167
7.2.	Usucapião	168
7.3.	Ocupação	170
7.4.	Achado do Tesouro	172
7.5.	Tradição	173
7.6.	Especificação	177
7.7.	Confusão, Comistão, Adjunção	179
7.8.	Descoberta de Coisa Alheia Perdida	181

CAPÍTULO VIII

Perda, Extinção e Resolução da Propriedade		183
8.1.	Espécies de Extinção ou Perda da Propriedade	183
8.2.	Alienação	185
8.3.	Renúncia	186
8.4.	Abandono	188
8.5.	Percimento da Coisa	192
8.6.	Perda pela Desapropriação	193
8.7.	Propriedade Resolúvel	197

CAPÍTULO IX

Direitos de Vizinhança		199
9.1.	Conteúdo e Abrangência	199
9.2.	Uso Anormal da Propriedade	201
9.3.	Árvores Limítrofes	205
9.4.	Passagem Forçada	207

9.5.	Passagem de Cabos e Tubulações	209
9.6.	Águas e Vizinhança	210
9.7.	Limites entre Prédios e Direito de Cercar ou Murar	214
9.8.	Direito de Construir.	216

CAPÍTULO X

Condomínio Geral	224
10.1. Conceito e Espécies	224
10.2. Administração do Condomínio	227
10.3. Direitos e Deveres dos Condôminos.	228
10.4. Condomínio Necessário.	232
10.5. Direito de Preferência na Alienação da Parte Ideal de Coisa Indivisível	233
10.6. Divisão e Extinção do Condomínio	236

CAPÍTULO XI

Condomínio Edifício	239
11.1. Conceito e Âmbito de Regência	239
11.2. O Condomínio Edifício como Sujeito de Direitos	243
11.3. Convenção do Condomínio	245
11.4. Assembleia dos Condôminos	247
11.5. Gestão e Responsabilidade do Condomínio	251
11.6. Contribuição Condominial	255
11.7. Direitos e Deveres dos Condôminos.	257
11.8. Extinção do Condomínio Edifício	264
11.9. Condomínio de lotes	265

CAPÍTULO XII

Direitos Reais Limitados	267
12.1. Conceito, Conteúdo, Espécies e Aquisição	267
12.2. Direito Real de Superfície.	270
12.3. Servidões	274
Constituição da servidão	276
Espécies	277
Exercício	278
Extinção.	281
12.4. Usufruto.	282
Constituição do usufruto.	283
Usufruto legal	284
Distinções, espécies, abrangência.	285
Direitos e deveres.	287

Extinção	291
12.5. Direito Real de Uso	293
12.6. Direito Real de Habitação	295
12.7. Direito do Promitente Comprador do Imóvel.	298
12.8. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	301
12.9. Direito real de laje	303
CAPÍTULO XIII	
Direitos Reais de Garantia	305
13.1. Conceito e Espécies de Garantia Real.	305
13.2. Características Comuns dos Direitos Reais de Garantia.	307
13.3. Hipoteca.	310
Constituição, direitos e deveres	311
Hipotecas sucessivas.	314
Hipotecas legais	315
Extinção.	315
13.4. Penhor	317
Direitos e deveres	318
Extinção.	319
Penhor legal.	320
Penhor especial	320
13.5. Anticrese	324
13.6. Propriedade Fiduciária em Garantia.	326
Bibliografia	333

Sumário

Nota à 3 ^a edição	7
Capítulo I	
FAMÍLIA BRASILEIRA: DAS ORIGENS PATRIARCAIS À REPERSONALIZAÇÃO	17
1.1. Introdução	17
1.2. Função atual da família. Sua evolução	18
1.3. O lugar da família no Estado social	20
1.4. Limites recíprocos da família e do Estado	21
1.5. A família constitucionalizada	21
1.6. A prevalência dos interesses patrimoniais na legislação brasileira das relações de família	23
1.7. Perfil da família atual	26
1.8. A repersonalização	27
1.9. Perspectivas	31
Capítulo II	
DIREITO DE FAMÍLIA	33
2.1. Conteúdo e abrangência	33
2.2. Direitos da criança e do idoso e o direito de família	35
2.3. Evolução do direito de família brasileiro	36
2.4. Direito público ou privado?	40
2.5. Tipos de famílias segundo os fins legais	42
2.6. Interação com o direito das sucessões	43
2.7. Interferências dos outros ramos do direito civil	44
2.8. Tutela da privacidade e a mediação familiar	45
2.9. Direito de família intertemporal	47
Capítulo III	
PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA	50
3.1. Princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família	50
3.2. Dignidade da pessoa humana e família	53
3.3. Princípio da solidariedade familiar	55
3.4. Princípio da igualdade e direito à diferença	58

3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros	61
3.5. Aplicação do princípio da liberdade às relações de família	62
3.6. Princípio jurídico da afetividade	63
3.7. Princípio da convivência familiar	68
3.8. Princípio do melhor interesse da criança	69

Capítulo IV

ENTIDADES FAMILIARES	72
4.1. Pluralismo das entidades familiares e dos âmbitos da família ..	72
4.2. Da demarcação jurídico-constitucional das entidades familiares	74
4.3. Das normas constitucionais de inclusão	76
4.4. Do melhor interesse das pessoas humanas que integram as entidades familiares	77
4.5. Dos critérios de interpretação constitucional aplicáveis	78
4.6. Da inadequação da Súmula 380 do STF	80
4.7. Inclusão judicial de entidades familiares implícitas	81
4.8. Família monoparental	82
4.9. Da união homossexual como entidade familiar	84
4.10. Famílias recompostas: padrastos, madrastas, enteados	89

Capítulo V

CASAMENTO	92
5.1. Validade e eficácia do casamento	92
5.2. Casamento religioso	95
5.3. A idade núbil ou a capacidade para casar	97
5.4. Impedimentos matrimoniais em geral	99
5.5. Tipos de impedimentos matrimoniais	102
5.6. Causas suspensivas do casamento	104
5.7. Habilitação para o casamento	105
5.8. Celebração e registro do casamento	107
5.9. Casamentos em situações extremas	111
5.10. Prova do casamento e posse do estado de casado	112
5.11. Casamento no estrangeiro	113

Capítulo VI

INVALIDADE DO CASAMENTO	115
6.1. Peculiaridades e espécies de invalidade do casamento	115
6.2. Nulidade do casamento	116
6.3. Anulabilidade do casamento	119
6.4. Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge	122

6.5.	Prazos decadenciais para anulação do casamento	125
6.6.	Casamento putativo	127

Capítulo VII

EFICÁCIA DO CASAMENTO

7.1.	Plano da eficácia e direção da sociedade conjugal	129
7.2.	Alteração ou adoção de nome com o casamento	131
7.3.	Deveres comuns e igualdade conjugal	132
7.4.	Dever de fidelidade recíproca	136
7.5.	Dever de respeito e consideração mútuos	137
7.6.	Dever de vida em comum, no domicílio conjugal	138
7.7.	Dever de mútua assistência	138
7.8.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	139
7.9.	Os deveres conjugais na perspectiva civil-constitucional	140

Capítulo VIII

DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO

8.1.	Modelo dual: dissolução da sociedade conjugal ou dissolução do casamento	142
8.2.	Divórcio	144
8.3.	Separação de fato	148
8.4.	Separação judicial consensual	149
8.5.	Separação judicial litigiosa: causas objetivas	151
8.6.	Separação judicial litigiosa: causas subjetivas	152
8.7.	Crítica do requisito de culpa para a separação judicial	156
8.8.	Efeitos da separação judicial	158
8.9.	Divórcio e separação consensuais extrajudiciais	160
8.10.	Desconsideração da personalidade jurídica em razão do divórcio ou da separação	163

Capítulo IX

UNIÃO ESTÁVEL

9.1.	Da desconsideração legal a <i>status</i> constitucional. Características	165
9.2.	Requisitos, natureza e validade da relação jurídica	168
9.3.	Distinção e conversão do namoro em união estável	172
9.4.	Quando se inicia a união estável	173
9.5.	Direitos e deveres	175
9.6.	Regime de bens	176
9.7.	Conversão da união estável em casamento	179
9.8.	Extinção da união estável	180
9.9.	Concubinato	182

Capítulo X	
GUARDA E PROTEÇÃO DOS FILHOS	186
10.1. Proteção dos filhos como direito à convivência	186
10.2. Guarda do filho de pais separados	187
10.3. Guarda unilateral	189
10.4. Genitor não guardião: direito de visita, de fiscalização e de convivência com o filho	193
10.5. Guarda compartilhada	195
Capítulo XI	
RELAÇÕES DE PARENTESCO	202
11.1. Parentesco no direito brasileiro	202
11.2. Origens e modalidades do parentesco	203
11.3. Parentesco em linha reta	204
11.4. Parentesco colateral	206
11.5. Graus de parentesco e sua contagem	208
11.6. Parentesco por afinidade	209
Capítulo XII	
DIREITO DE FILIAÇÃO	213
12.1. Conceito de filiação	213
12.2. Princípio da igualdade na filiação	214
12.3. Direito ao planejamento da filiação	215
12.4. Modos e presunções legais de concepção dos filhos	216
12.5. Inseminação artificial homóloga	218
12.6. Inseminação artificial heteróloga	221
12.7. As presunções de filiação na união estável	223
12.8. Distinção entre estado de filiação e direito da personalidade ao conhecimento da origem genética. Parto anônimo	224
12.9. Prova da filiação	229
12.10. Validade e eficácia do registro de nascimento	231
12.11. Posse de estado de filiação	233
12.12. Legitimidade para a prova judicial da filiação	235
Capítulo XIII	
DÚVIDAS E IMPUGNAÇÃO DA FILIAÇÃO	237
13.1. Novas núpcias da mulher	237
13.2. Impotência para gerar	238
13.3. Presunção de paternidade e o adultério da mãe	240
13.4. Impugnação da paternidade pelo marido da mãe	241
13.5. Reconfiguração da presunção <i>pater is est</i>	244

13.6.	Impugnação da maternidade pela suposta mãe	245
13.7.	“Adoção à brasileira”	247

Capítulo XIV

RECONHECIMENTO DE FILHO	251	
14.1.	Direito ao reconhecimento voluntário de filho	251
14.2.	Mudança de natureza do reconhecimento de filho	253
14.3.	Modalidades de reconhecimento voluntário	254
14.4.	Irrevogabilidade e incondicionalidade do reconhecimento	257
14.5.	Direito do filho a residir com o genitor que o reconheceu	259
14.6.	Guarda do filho reconhecido	260
14.7.	Investigação da paternidade e da maternidade	261
14.8.	Consentimento e impugnação do reconhecimento pelo filho	265

Capítulo XV

ADOÇÃO	269	
15.1.	Características, evolução e fundamentos constitucionais	269
15.2.	Legitimados a adotar	274
15.3.	Estágio de convivência	276
15.4.	Consentimento para adoção e hipóteses de sua dispensa. Entrega para adoção pela gestante	277
15.5.	Adoção por duas pessoas	280
15.6.	Adoção de maiores de 18 anos	282
15.7.	Requisitos do processo judicial e do benefício do adotando	283
15.8.	Efeitos da adoção	285
15.9.	Adoção internacional	288

Capítulo XVI

PODER FAMILIAR	292	
16.1.	Transformação do pátrio poder no poder familiar	292
16.2.	Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	295
16.3.	Os pais como únicos titulares do poder familiar	296
16.4.	Titularidade do poder familiar pelos pais separados	298
16.5.	Exercício do poder familiar	299
16.6.	Suspensão e extinção do poder familiar	302
16.7.	Perda do poder familiar	305
16.8.	Abandono afetivo do filho	307
16.9.	Responsabilidade civil dos pais	309
16.10.	Representação, assistência e curatela dos filhos	310
16.11.	Administração e usufruto dos bens dos filhos	311

Capítulo XVII	
REGIME MATRIMONIAL DE BENS	316
17.1. Liberdade de convenção e mudança de regime	316
17.2. Regime legal dispositivo	321
17.3. Regime legal obrigatório	322
17.4. Efeitos comuns entre os cônjuges, em qualquer regime de bens	325
17.5. Atos proibidos ao cônjuge sem autorização do outro	328
17.6. Pacto antenupcial	331
17.7. Regime de bens no casamento com estrangeiro	336
17.8. Direito intertemporal	336
Capítulo XVIII	
REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL	338
18.1. Bens comuns e bens particulares	338
18.2. Bens que entram na comunhão	339
18.3. Bens, valores e obrigações excluídos da comunhão	340
18.4. Exclusão por causa de aquisição anterior ao casamento	343
18.5. Bens móveis	344
18.6. Administração dos bens comuns e responsabilidade pelas dívidas	345
18.7. Administração dos bens particulares e dívidas respectivas	346
Capítulo XIX	
REGIMES MATRIMONIAIS DE BENS FACULTATIVOS	348
19.1. Regime de comunhão universal	348
19.2. Regime de separação de bens	352
19.3. Regime de participação final nos aquestos	355
19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge	357
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	358
19.3.3. Dívidas dos cônjuges	363
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	364
19.3.5. Outros efeitos do regime	365
Capítulo XX	
ALIMENTOS	368
20.1. Natureza, características e fundamentos	368
20.2. Requisitos de necessidade, possibilidade e razoabilidade	374
20.3. Obrigação solidária ou subsidiária?	376
20.4. Titulares dos alimentos ou alimentandos	378
20.5. Devedores dos alimentos ou alimentantes	381
20.6. O fator culpa na atribuição dos alimentos	383

20.7. Fixação dos alimentos	385
20.8. Atualização e revisão dos alimentos	388
20.9. Extinção	389
20.10. Prisão do devedor	392

Capítulo XXI

BEM DE FAMÍLIA	395
21.1. Conceito, evolução e tipos	395
21.2. Objeto do bem de família legal	397
21.3. Bens e dívidas excluídos do bem de família legal	400
21.4. Beneficiários do bem de família legal	401
21.5. Má-fé e exclusão do benefício	402
21.6. Instituição de bem de família voluntário	403
21.7. Objeto do bem de família voluntário	405
21.8. Beneficiários do bem de família voluntário	407
21.9. Exclusões da impenhorabilidade e proibições	408
21.10. Extinção do bem de família voluntário	409

Capítulo XXII

TUTELA E CURATELA	410
22.1. Finalidades e distinções	410
22.2. Escolha e nomeação do tutor	411
22.3. Incapacidade de exercício e escusa da tutela	413
22.4. Exercício da tutela	415
22.5. Prestação de contas pelo tutor	418
22.6. Extinção da tutela	419
22.7. Curatela	420

Anexo

"PEC DO DIVÓRCIO": CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS IMEDIATAS ...	425
---	------------

BIBLIOGRAFIA	435
---------------------------	------------